

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1009937-80.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços
Requerente:	FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL
Requerido:	ELIABE LUIZ INFANTE

FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL ajuizou ação contra ELIABE LUIZ INFANTE, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 12.299,73, correspondente ao valor de mensalidades atinentes a curso de prestação de serviços educacionais.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando não ser devedora de mensalidades, pois o curso foi prestado pela Universidade de São Paulo, onde o ensino é gratuito, faltando legitimidade à autora para a cobrança.

A autora, instada a respeito, insistiu na cobrança, inclusive refutando a força probante de recibo e documentos juntados pela contestante.

Consigna-se o insucesso da tentativa de conciliação, em audiência.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Quem promove a cobrança é uma Fundação, cujo objeto social é, primordialmente, atuar no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e do conhecimento científico e tecnológico, apoiando as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos, na execução direta de seus projetos, programas de ensino, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (fls. 8).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Houve contrato de prestação de serviços educacionais com a ré, cujo objeto foi um "Curso de Especialização em Engenharia de Produção", ministrado por docentes do Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da USP de São Carlos e realizado nas dependências do próprio Departamento (fls. 30). Portanto, o curso foi ministrado na própria instituição de ensino, a USP, que é pública, e por seus próprios professores, não se justificando a assunção de pagamento pela aluna, em prol de uma fundação particular.

Não se tem notícia de que essa Fundação tenha autorização do Ministério de Educação e Cultura, para prestar serviços educacionais e, mais ainda, para outorgar titulação acadêmica para alunos.

Note-se que haveria apresentação de trabalho de conclusão do curso, com outorga de certificado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (item 1.4, fls. 30), observando-se as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. Certamente a Fundação autora não tem autorização para ministrar cursos e muito menos autoridade para emitir certificados de especialização.

Uma mensalidade foi paga para a própria Universidade (fls. 92). O atestado de matrícula foi emitido pela Universidade (fls. 93). O trabalho de conclusão do curso foi entregue na Universidade (fls. 95).

Portanto, tudo leva à conclusão de tratar-se de um curso prestado por uma instituição pública ensino, a USP São Carlos, ignorando-se a razão jurídica para a assinatura de contrato com uma instituição particular, a Fundação autora, não havendo sequer nenhuma informação de vinculação entre a Fundação e a USP, para justificar a prestação de serviços utilizando toda a estrutura administrativa, funcional e educacional da própria Universidade, com ganhos revertendo em benefício da instituição privada.

Aparentemente por via transversa, cobra-se o custo de ensino em instituição pública e em benefício de outrem, levando a erro a aluna. Afinal, frequentando curso de especialização, em universidade pública, cujo ensino é gratuito, e rigorosamente com os mesmos professores da instituição, jurídico não se afigura impor-lhe o pagamento por intermédio de outrem. A menos que se esteja privatizando e terceirizando o ensino.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios da patrona da contestante, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Transmita-se cópia da petição inicial, da contestação, dos documentos de fls. 92/95 e desta decisão ao Ministério Público, para conhecimento.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA